

Cabo-de-guerra



Dora Kramer

Jornalista

Não é por falta de assunto nem tampouco por acaso que o presidente da Câmara, Michel Temer, resolveu cobrar publicamente do PT uma definição rápida sobre a aliança com o PMDB na eleição presidencial. De seu posto de observação, Temer certamente tem uma visão privilegiada dos acontecimentos que, no caso do partido do qual é presidente licenciado, andam frenéticos desde que o ex-governador **Orestes Quércio** resolveu rodar o País atrás de apoio para tentar impedir o PMDB de se aliar oficialmente ao PT.

Temer quer ser vice de Dilma Rousseff, mas Quércio, de compromisso firmado com o governador de São Paulo, José Serra, não quer. Saiu a campo, o Palácio do Planalto perce-

beu o movimento e mandou que o PT ficasse esperto a fim de não ficar no prejuízo.

O problema é que a aliança com o PMDB não é uma ideia aceita com tranquilidade no PT, muito menos o preço for a renúncia a candidaturas próprias para o governo de estados importantes. E já que o mais importante dos que estão em jogo é Minas Gerais – em São Paulo a guerra é dada por perdida e, no Rio, por ora as forças ainda se estranham – Quércio tratou logo de desembarcar dia desses em Belo Horizonte especialmente para dizer ao governador Aécio Neves que o apoiará ser for ele o candidato do PSDB a presidente.

Claro que Serra estava sabendo, Quércio não trabalha com a hipótese de o mineiro ser o escolhido e muito provavelmente Aécio sabia bem aonde o paulista queria chegar: contar com o apoio do governador para o candidato do PMDB, o ministro das Comunicações, Hélio Costa.

Em tese, Costa seria um

aliado de Dilma, já que é ministro do presidente Luiz Inácio da Silva. Mas só em tese. Na prática, o PMDB nem sonha com a hipótese de o PT vir a abrir mão de um candidato e, portanto, já trata de montar seu palanque.

Na concepção do grupo que ficará com a oposição, dentro da seguinte lógica, válida para o Brasil todo: onde o PT tiver candidato, Lula não terá como negar-lhe apoio. Quem não puder se acomodar sob esse guarda-chuva precisará de um abrigo tão poderoso quanto. E aí entra a oferta do palanque de Serra.

Tudo com muito jeito. Primeiro, para não melindrar o governador de Minas, oficialmente ainda na disputa pela legenda do PSDB. E, depois, para seguir a determinação de Serra de não assumir a candidatura com todos os efes e erres antes de março de 2010.

Até lá José Serra quer ficar fora da cena onde, imagina, seria um alvo fácil e constante, para cuidar da preparação dos palanques estaduais. Tal

como Lula anda fazendo. A diferença entre os dois é que o presidente, com candidatura publicamente já exposta, faz isso de forma mais aberta.

O governador, em função dos cuidados que impôs a si e ao entorno, conversa discretamente, mas conversa. Já tem inclusive interlocutores em cada Estado (não necessariamente gente conhecida) com os quais atualiza a situação constantemente.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a última informação é a de que há a possibilidade de a governadora Yeda Crusius ser candidata à reeleição sem que o PSDB nacional faça esforço para demovê-la da ideia.

Parece estranho, já que os tucanos querem mesmo é apoiar a candidatura do prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, do PMDB, mas é mesmo mal dosamente ardiloso: como Yeda está mal de popularidade, enfrentando até processo de impeachment, o PMDB adoraria prescindir do apoio dela o que, no caso de sair can-

didata, ficaria resolvido. É a política.

Na Bahia a ideia é fechar o apoio do DEM e do PSDB locais ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, acreditando que, assim, ele "não teria como" deixar de apoiar Serra, uma vez que Lu-

Temer quer ser vice de Dilma Rousseff, mas Quércio, de compromisso firmado com o governador de São Paulo, José Serra, não quer

Na Bahia, a ideia é fechar o apoio do DEM e do PSDB locais ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima

la terá de ficar com a reeleição do governador Jaques Wagner, do PT.

Como bem já percebeu o leitor, já são dois os ministros citados na lista da oposição. Esse é outro dos motivos pelos quais o provável candidato Serra só pretende oficializar as coisas em março. Em abril, os ocupantes de cargos executivos federais que forem se candidatar terão de deixar os cargos por força de lei.

Com isso, fica mais fácil a mudança de posição de quem se dispuser a trocar de lado. Ou, conforme já se ouve no PMDB, dar por encerrada a aliança com Lula e buscar novo rumo para o futuro.

Talvez por isso mesmo o presidente da câmara, Michel Temer, esteja tão aflito para que o PT decida logo se vai ou não oficializar a aliança, o que significa dizer, dar a vaga de vice na chapa de Dilma ao PMDB.

Recebendo essa garantia, Temer tentaria aprovar a coalizão ainda este ano, em encontro nacional, a fim de aproveitar o momento de Lula ainda poderoso. Os adversários da tese dentro do partido, Quércio à frente, trabalham no sentido contrário: votação da aliança só em junho, na convenção. Com Lula já a poucos meses de deixar o governo, as pesquisas registrando intenções mais próximas da realidade das urnas e os inúmeros cargos que ocupa o PMDB quase com validade vencida.